

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS: REFLEXÕES SOBRE O "TRABALHO DO GEÓGRAFO..."

Matheus Avelino Tavares*
Aldo Dantas Da Silva**

RESUMO

É comum aos estudiosos e à comunidade geográfica em geral apontarem o livro "Por uma Geografia Nova" como o marco da teoria miltoniana. Ao contrário, compreendemos que o projeto teórico miltoniano tem seu início dez anos antes com a produção do livro "O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo". Nesse sentido, o presente artigo busca fazer uma análise desse livro, com o objetivo de demonstrar que é a partir dessa obra que Milton Santos começa a lançar vários elementos que serão aprofundados em livros subsequentes, culminando com a produção "A Natureza do Espaço".

Palavras-chave: Milton Santos, Teoria miltoniana, Epistemologia da geografia, região, geografia crítica

Introduction to thinking of Milton Santos: reflections about the "work of geographer..."

ABSTRACT

It's usual for scholars and the geographic community in general suggest the book "To a New Geography" as the highlight theory Miltoniana. In the opposite, we understand that the Miltoniano theoretical project has it's beginning ten years before with the book's production "The Geographer's Job in the Third World". In this sense, the present article seeks make an analyze of this book, having the objective to show that's from this job of Milton Santos starts to produce several elements which will be changed in books later, ending with the production " The space's nature".

Keywords: Milton Santos, Miltoniana Theory, Epistemology of Geography, region, critical geography

1 DA CRÍTICA A GEOGRAFIA A UMA GEOGRAFIA NOVA

A realidade aparece a cada dia sob um novo aspecto. Ora, desde que a realidade muda, a idéia, o 'teórico', devem mudar. O teórico deve seguir a evolução para não se ver diante de um impasse (SANTOS, 1978, p. 23).

O período compreendido entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970

marca uma ruptura no pensamento geográfico, um momento de efervescência teórico-metodológica, no qual a insatisfação com os caminhos tomados pela geografia inquietava muitos geógrafos, principalmente àqueles empenhados com a elaboração de um sistema de idéias que se posicionasse para além da velha descrição da geografia regional e da matematização da "New Geography", e que, portanto fosse capaz de compreender, explicar e de refletir sobre a

*Professor de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. email: matheusgeografo@yahoo.com.br

** professor Adjunto IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. email: aldotantas@ufrnet.br

realidade do espaço geográfico que se mostrava, cada vez mais complexa e fluida.

É em meio a essa realidade que Milton Santos escreveu "*Le Métier Du Géographe*", obra publicada originalmente na França, em 1971, e traduzida para o português somente em 1978, sob o título "*O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*" – daqui em diante chamado de *Trabalho do Geógrafo*.

O *Trabalho do Geógrafo* é uma obra importante para compreensão do pensamento de Milton Santos¹, pois foi, sem sombra de dúvida, o primeiro esforço do autor no sentido de contestar a Geografia Francesa e os seus conceitos "já tornados categorias fixadas" (SANTOS, 2002, p. 27). A partir desse trabalho, Milton Santos busca fazer uma Geografia que não fosse mera reprodução da geografia francesa. Sua originalidade já é plena neste momento.

A inspiração para sua produção veio das circunstâncias em que se encontrava na França. Em direção a essas circunstâncias convergiram uma série de fatores que possibilitaram Milton Santos refletir criticamente a epistemologia da Geografia. Por um lado, contava com o ambiente acadêmico de Bordeaux, mais aberto ao debate científico, tanto entre os geógrafos quanto entre outros especialistas (economistas e sociólogos), e os debates em torno da realidade do terceiro mundo, tão em voga nos anos 1960; por outro, o conhecimento de Milton Santos a respeito do terceiro mundo lhe dava a certeza da impossibilidade de se aplicar as categorias da Geografia Clássica Francesa para o estudo desses países. Esses fatores o levam a um movimento duplo e inseparável: 1) produzir uma obra que contribuísse para a renovação da Geografia e 2) que possibilitasse a análise do terceiro mundo numa outra perspectiva. Esta nova perspectiva deveria permitir uma análise onde a dinâmica e as especificidades desses países não seriam tomadas e entendidas tendo como espelho a dinâmica dos países ditos desenvolvidos. Se em algumas circunstâncias estes países eram parecidos, melhor seria entendê-los em suas diferenças e dinâmicas próprias. Esse duplo movimento que é estruturador de várias obras de Milton Santos, tais como: "*Por uma Geografia Nova*" e "*O espaço Dividido*: Os

Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos", já se encontra em toda sua plenitude no texto ora analisado.

Infelizmente, alguns colegas que já refletiram sobre a obra miltoniana não dão os devidos créditos para as contribuições teórico-metodológicas contidas no *Trabalho do Geógrafo*. De modo geral para esses colegas é a partir de "*Por uma Geografia Nova*" que o autor começa a lançar as bases de seu projeto teórico, o qual culmina na produção de sua obra máxima: "*A Natureza do Espaço*". Esse é, por exemplo, o pensamento de Carlos Walter Porto Gonçalves (2002) e de Denise Elias (2002). O primeiro, ao realizar uma análise da obra de Milton Santos a divide em três grandes dimensões: obras de caráter teórico-metodológico, de caráter empírico e de caráter ético-político. Inclui o *Trabalho do Geógrafo* entre as obras de caráter mais ético-político. Dá a entender que a primeira obra miltoniana de caráter mais teórico-metodológico é "*Por Uma Geografia Nova*".

Não é objeto deste artigo discutir a divisão estabelecida por Gonçalves sobre a obra de Milton Santos. Queremos, neste momento, apenas apontar o que consideramos um descuido com relação a não observação de que, em o *Trabalho do Geógrafo*, já está posta, com muita agudeza, preocupações de cunho teórico-metodológico que apontam para a formação da Teoria da Geografia Nova estabelecida por Milton Santos. Outro fato que nos causa muita estranheza, na divisão elaborada por Gonçalves, é a classificação do livro "*O Espaço Dividido*" entre aqueles de caráter mais empírico, quando é do conhecimento de toda a comunidade geográfica mundial que é neste livro que se encontra a Teoria dos Dois circuitos da Economia Urbana.

O texto de Denise Elias (2002), divide a obra de Milton Santos em dois grandes eixos: um englobando as obras de cunho empírico com textos que versam sobre a estrutura da cidade, a rede urbana e o estudo da urbanização nos países do mundo subdesenvolvido, no qual inclui o *Trabalho do Geógrafo*; e outro eixo temático, apontando para a formulação de uma Geografia teórica com destaque para reflexões sobre a epistemologia da geógrafa e do espaço. Como Gonçalves, Elias aponta como sendo o

primeiro estudo teórico-epistemológico a obra “Por uma Geografia Nova”.

Como podemos ver, esses colegas não colocam o Trabalho do Geógrafo entre as obras de cunho teórico-epistemológico do pensamento de Milton Santos e parecem entender que é somente a partir de “Por uma Geografia Nova” que vai aparecer as preocupações de Milton Santos com as de questões de natureza teórica. Além disso, entendemos que não é possível enquadrar esta obra no que eles denominam de trabalhos empíricos, visto que ela já contém uma estrutura teórica para a compreensão do espaço geográfico e para a especificidade de se estudar os países do mundo subdesenvolvido.

A Trabalho do Geógrafo expõe com grande clareza a relação indissociável existente entre a teoria e a empiria², de modo que Milton Santos desenvolve a idéia de que a renovação da teoria da Geografia passa por uma reflexão sobre a realidade concreta dos países do mundo subdesenvolvidos, ou seja, no ato de pesquisar, a realidade empírica não se revela em sua essência sem o uso da teoria, e esta não tem razão de ser sem o domínio da empiria.

No segundo capítulo do Trabalho do Geógrafo, intitulado “O Abstrato e o Concreto na Geografia”, Milton Santos realiza um debate que vai de encontro à definição dos autores supracitados ao fazer uma análise crítica àqueles geógrafos que ainda insistem na idéia da Geografia como uma ciência empírica, como se fosse possível ciência sem um sistema teórico. Dito de forma mais clara, Milton Santos entende que a realização da ciência deve ter uma abordagem que preze pela junção do concreto e do abstrato, isto é, que tenha como propósito uma indissolubilidade entre teoria e empiria.

Diante dessa constatação, entendemos que O Trabalho do Geógrafo é uma obra seminal para a construção e compreensão do pensamento miltoniano³, uma vez que muitas das formulações teóricas elaboradas por Milton Santos deitam aí suas raízes mais profundas. Acreditamos que essa obra é o primeiro esboço sistematizado do autor no sentido de formular uma teoria da Geografia, tanto é assim que a partir do desdobramento e da verticalização das

discussões contidas no Trabalho do Geógrafo surgem o “Espaço Dividido” e “Por uma Geografia Nova”, obras que marcaram de diferentes formas a obra de Milton Santos.

Na realidade, as formulações contidas no Trabalho do Geógrafo consistem num grande esforço intelectual de elaborar categorias e conceitos que possibilitem a construção de uma teoria geográfica capaz de dar conta do espaço geográfico capturando assim as especificidades das dinâmicas dos lugares e, com isso, permitindo uma melhor compreensão do “terceiro mundo” ou “mundo subdesenvolvido”. Aquele duplo movimento ao qual nos referimos mais acima salta aos olhos de quem lê esse texto com o mínimo de atenção. Renovar a teoria da Geografia a partir de uma compreensão singular do terceiro mundo, esse é o ponto. Assim, ao mesmo tempo em que o autor propõe a formulação de um edifício teórico novo para a Geografia, aponta para o fato de que os estudos urbanos e regionais realizados nos países subdesenvolvidos trilham por caminhos equivocados.

Segundo o autor, os estudos urbanos dos países subdesenvolvidos, sejam eles realizados por geógrafos ou não, eram orientados a partir de conceitos produzidos para compreensão do “mundo desenvolvido”, os quais, por meio de estudos comparativos, eram em muitos casos, aplicados na íntegra e sem nenhuma ressalva à realidade terceiro mundista. Para Milton Santos, a utilização desse recurso incidia no fantástico erro de compreender que o processo de urbanização do terceiro mundo ocorria de maneira idêntica aos países do dito mundo desenvolvido e que, portanto, o que se presenciava nesses países era, na realidade, uma etapa pela qual os países desenvolvidos já haviam passado.

As idéias expostas no Trabalho do Geógrafo vão de encontro a esse pensamento centrado na dinâmica dos países europeus. Propõem que os países subdesenvolvidos possuem suas especificidades e que estas não vêm à tona quando se realiza estudos comparativos, ou ainda, quando se tenta transpor conceitos para compreender sua realidade, de modo que se produz apenas uma distorção dos fatos em estudo, o que na ótica de Milton Santos precisava ser rejeitado

de maneira veemente. Isso fica claro em várias passagens do texto do qual o trecho abaixo é um bom exemplo:

É preciso, sobretudo, que não nos deixemos levar pelas soluções de facilidade, que consistem em transcrever de um continente para outro, de um meio para outro, noções que vindas da mesma fonte ou da confluência das mesmas causas, conservam a mesma denominação, mas perdem a sua capacidade de definir pelo próprio fato de migrarem (SANTOS, 1978, p. 46).

Para conduzir os estudos urbanos a outro patamar era necessário uma elaboração ou (re)elaboração da teoria geográfica, donde pressupõem-se uma renovação conceitual e metodológica da disciplina. Segundo o autor, tal exercício era extremamente indispensável à Geografia, pois o mundo estava passando por intensas transformações o que, consequentemente, exigia uma nova postura diante da análise dos fatos. Já na introdução do livro, Milton Santos é incisivo ao afirmar que “a própria metodologia deve ser renovada constantemente, senão a realidade lhe escapa”, ou ainda, “analisar um fenômeno novo com uma metodologia ultrapassada equivale a deformar a realidade, e isso não conduz a parte alguma” (SANTOS, 1978, p. 1 e 2).

A crítica aos postulados geográficos elaborada por Milton Santos o coloca em perfeita harmonia com os preceitos estabelecidos por Horkheimer (1980, p. 117), quando este argumenta que a validade de uma teoria “reside na consonância das proposições com os fatos ocorridos”, de modo que se surgem contradições entre a realidade e a teoria é preciso que uma ou outra sejam revistas (HORKHEIMER, 1980). No caso da Geografia, o problema estava justamente em suas formulações teóricas, que segundo Santos (1978) já não davam mais conta de compreender a realidade, que se mostrava cada vez mais fugaz, sendo preciso, portanto, uma releitura ou mesmo uma (re)elaboração completa das teorias dessa ciência.

É diante dessa problemática que entendemos que Milton Santos em O Trabalho do Geógrafo, tomando como pano de fundo a questão

regional e da problemática urbana nos países subdesenvolvidos, inicia uma discussão a respeito de uma nova teoria da Geografia, a qual vem à tona por meio de alguns princípios fundamentais para o debate geográfico. Podemos dizer que o autor lança mão de lições de método para a construção de uma teoria da Geografia a partir desse momento.

2 ALGUNS ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DA GEOGRAFIA

Uma primeira temática abordada pelo autor diante desse panorama é aquela da Geografia Regional. Consequentemente é “a própria idéia de região que deve estar no centro do debate” (SANTOS, 1978, p. 8), tendo em vista que esta ainda era entendida como um subespaço coerente resultado de um longo processo histórico e produto das relações estabelecidas pelos grupos humanos locais com o meio geográfico. Para Milton Santos, essa idéia estava completamente suplantada, pois com a modernização dos transportes, dos meios de comunicação e, sobretudo, com a internacionalização da economia, a essência da região mudou e isto significando dizer que ela é, cada vez mais, definida por ações longínquas que nem sempre dizem respeito aos interesses das comunidades locais. No tratamento dessa questão o autor é enfático ao dizer que:

Nas condições atuais da economia universal, a região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna. Definida sobretudo do exterior, seus limites mudam em função dos critérios que lhe fixamos. Por conseguinte, a região não existe por si mesma [...] a intervenção das técnicas, entre as quais devemos ressaltar as técnicas políticas, financeiras, comerciais e econômicas, no sentido amplo dos termos, dão as relações homem-meio outra dimensão, que exclui a rigidez de uma Geografia Regional de tipo Clássica (SANTOS, 1978, p. 10).

Era, pois, a região em suas relações com o mundo que interessava a Milton Santos, de modo que não dava mais para compreendê-la somente a partir do seu entorno mais imediato.

Por conseguinte, o geógrafo deveria se preocupar com a análise dos mecanismos ou dos processos, pois são estes que captam a essência complexa que funda o meio geográfico e evidenciam a “ausência de uma autonomia regional”, bem como “à falência da Geografia Regional considerada nos moldes clássicos” (SANTOS, 1978, p. 10, grifos do autor). Assim sendo,

são os mecanismos, isto é, os processos que assumem a posição de maior relevo, visto que somente eles podem ajudar a explicar as situações atuais, ao mesmo tempo que permitem reconhecer as tendências, assegurando dessa forma um ponto de vista prospectivo e uma atitude operacional [...] Ora, os processos – sistemas em funcionamento – são na maioria das vezes comandados do exterior e impostos aos homens e atividades num espaço determinado (SANTOS, 1978, p. 10).

A compreensão dos mecanismos constitui-se, então, numa rica lição de método, dado o seu enfoque relacional para a compreensão das regiões, de modo que nos possibilita entender que a escala de realização dos eventos pode não ser a mesma do comando. Aliás, o autor aprofunda esse raciocínio em a Natureza do Espaço, quando aponta para a necessidade de diferenciar entre a “escala da ação e a escala do resultado”. Pois “podemos ter uma variável global com uma ação local, uma variável distante com uma ação local. Uma coisa é um evento dando-se num lugar e outra é o motor, a causa última desse evento” (SANTOS, 2006, p. 225).

Aliás, a análise dos mecanismos nos autoriza a discordar da tão propalada idéia do “não lugar”, infelizmente aceita pela maioria dos geógrafos na atualidade como um conceito chave da Geografia. A compreensão dos mecanismos nos leva a compreender que morfologias idênticas são construídas por estruturas ou relações sociais diversas, sendo, portanto, diferentes em sua essência fundadora. Nesse sentido, é preciso atentar para o fato de que os defensores do “não lugar” apenas se atêm a paisagem, ou seja, ao aspecto visível. Por isso, definem o “não lugar”, sobretudo, a partir de suas “paisagens homogêneas” (LENCIONE, 1999), o que se

constitui num erro crasso na Geografia, haja vista ser a paisagem apenas “um epifenômeno” (SANTOS, 1978), de modo que se ficarmos apenas no fenômeno visível corremos o risco de não compreendermos o espaço geográfico em toda a sua plenitude, que tanto são as formas, ou o aspecto visível (paisagem), e seus mecanismos. Essa lição de método perpassa toda a obra de Milton Santos e aparece com todas as letras em várias passagens do Trabalho do Geógrafo. Já não é de agora que sabemos muito bem que a paisagem não nos revela a essência fundadora das formas. Se assim fosse aquela frase de Marx, segundo a qual “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [Erscheinungsform, no original] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1985, p. 271), teria de ser revista. Além do mais, a idéia do “não lugar” como um conceito basilar da ciência geográfica é definitivamente absurda. Sendo o lugar uma dimensão do espaço geográfico, defender a idéia de “não lugar”, é defender a existência do não espaço geográfico, ou seja, uma negação do objeto de estudo da nossa ciência o que do ponto de vista epistemológico é inimaginável, dado que não há a possibilidade de existir uma ciência sem um objeto de estudo.

Podemos afirmar que os mecanismos constituem-se elemento primordial para negação da Geografia Regional considerada nos moldes clássicos, sobretudo porque busca um entendimento da região através de suas relações com o mundo. Este entendimento tornou-se mais evidente para Milton Santos a partir dos estudos que realizou nos países subdesenvolvidos, sobretudo, nos africanos e sul-americanos, quer dizer, foi o contato mais intenso com esses países que possibilitou ao autor compreender que o processo de constituição das regiões não seguia aquela lógica descrita por La Blache para a França, especialmente, por causa da intensidade dos processos que se desenvolviam nesses países e, mormente, pelos interesses fundantes dessa realidade que eram, em muitos casos, estranho aquele meio geográfico. Disso resulta outra lógica de organização das regiões nesses países, conforme expõem o autor, ao afirmar que,

o fato urbano nos países subdesenvolvidos da

América Latina, da Ásia e da África caracteriza-se ao mesmo tempo pela ação dominadora de países e regiões mais desenvolvidos e por tentativas mais ou menos eficazes no sentido de escapar às consequências de tal dominação (SANTOS, 1978, p. 39).

Ao compreender a região sob este prisma Milton Santos começa a lançar as bases de um conceito que nos anos ulteriores marcará profundamente sua obra, trata-se do conceito de verticalidades, desenvolvido em artigos e livros diversos, dos quais a título de exemplo destacamos: "Técnica, Espaço e Tempo" e, especialmente, em "A Natureza do Espaço". Nessas obras o autor desenvolve o raciocínio que aponta para uma organização vertical das regiões em virtude das ações promovidas pelos agentes da economia internacional que disponibilizam créditos aos países mais pobres para que estes estabeleçam redes modernas para servirem a reprodução do capital (SANTOS, 2006; 2008).

Este raciocínio já está exposto no Trabalho do Geógrafo, especialmente, em sua terceira parte, quando o autor realiza profícuo debate em torno das redes e dos investimentos, desenvolvendo a tese de que a formação das regiões é, cada vez mais, definida a partir de investimentos distantes e de ações estranhas que se impõem aos grupos humanos que constituem uma realidade local. Desse modo, seriam os grandes agentes da economia internacional que, atendendo aos seus interesses de classe, exerceriam grande influência na dinâmica da região, conforme pontua o autor, ao dizer que a região é "penetrada pelas condições atuais da economia internacional, tendência essa que se vem reforçando cada vez mais. Ora, os investimentos sempre mais internacionalizados, têm assim um papel a desempenhar na elaboração dessa nova Geografia" (SANTOS, 1978, p. 88), ou ainda, quando retomando Max Sorre, argumenta que as paisagens dos países subdesenvolvidos, "derivam das necessidades da economia dos países desenvolvidos, onde, finalmente, se encontra a decisão. As relações mantidas pelos grupos humanos com suas bases geográficas não dependem desses grupos humanos" (SANTOS, 1978, p. 9).

Todas essas reflexões constituem a noção fundamental do conceito de verticalidades, isto é, pontos separados que, estando interconectados, permitem que ordens alhures se imponham as regiões e influenciem os processos sociais, econômicos e culturais que se desenvolvem num dado meio geográfico. Partindo desse raciocínio compreendemos que a origem desse conceito encontra-se nas formulações desenvolvidas no Trabalho do Geógrafo, sobretudo, quando Milton Santos debate as questões regionais.

No próprio cerne do problema estará a distinção do que, na elaboração regional cabe as decisões regionais e do que foge à sua jurisdição; volta-se assim ao problema crucial da Geografia Regional, *visto como as relações entre grupos humanos e meios geográficos se fazem, para além das técnicas de grupo, em função de imperativos exteriores e longínquos* (SANTOS, 1978, p. 88, grifo nosso).

Também se encontram no Trabalho do Geógrafo outros apontamentos teórico-metodológicos essenciais para o pensamento miltoniano, tal qual o que envolve a sua compreensão de ciência geográfica, que a partir do qual emerge uma série de outras questões fundamentais para a construção de seu edifício teórico-epistemológico. Nesta perspectiva, o fulcro da questão reside em saber o que é um estudo geográfico para Milton Santos a partir desse novo entendimento.

3 ESPAÇO GEOGRÁFICO: MATERIALIDADE E MOVIMENTO

Mas, o que seria um estudo geográfico para Milton Santos em o Trabalho do Geógrafo? Para o autor, um estudo geográfico é aquele que se propõe a analisar o espaço geográfico considerando a dinâmica do mundo do presente, essa concepção será consagrada nos seus trabalhos posteriores. Além disso, é preciso compreender o espaço geográfico a partir da sua materialidade e dos fluxos que o cortam, como muito bem assinala o autor, ao afirmar que,

o espaço real, total, não se organiza fora de

seu assentamento geográfico, cuja fisionomia e fisiologia mudam a cada dia. Não se realiza, tampouco, fora dos fluxos de toda a natureza que nele vêm se chocar e se deformar ao contato das influências e fluxos locais (SANTOS, 1978, p. 62).

Esse é o entendimento de espaço que marca o pensamento de Milton Santos em várias de suas obras posteriores, seja quando ele o considera como um conjunto de fixos e fluxos, seja quando avançando em suas discussões passa a entendê-lo como um indissociável sistema de ações e de objetos. Essas definições não levam em conta apenas os fluxos ou a materialidade do espaço, mas tanto uma coisa quanto outra, consideradas de maneira indissolúvel. Desse modo, fica evidente que a concepção de espaço que será amplamente desenvolvida por Milton Santos já aparece no Trabalho do Geógrafo, tanto é assim que o autor intitula uma seção do 9º capítulo de “fluxos e rugosidades”, no qual traz a tona à importância do movimento e da materialidade para a análise do espaço geográfico.

As questões da materialidade e do movimento também surgem quando o autor expondo os elementos necessários para o estudo das redes estabelece que sua compreensão parte da análise do tempo, das massas e dos fluxos. As massas constituem a materialidade das redes, ou seja, a sua forma concreta de existência, definindo-se a partir das diversas atividades econômicas e através da estrutura, do consumo e da produtividade, bem como por meio dos transportes e das comunicações, isto é, a partir das “diferentes redes (rodoviária, ferroviária, marítima, fluvial etc.), sua frequência (mercados e pessoas), suas instalações e sua utilização” (SANTOS, 1978, p. 92); já os fluxos, por sua vez, relacionam-se ao movimento no espaço de pessoas, mercadorias, ordens, capitais, em suma, tudo aquilo que dá vida e que anima o espaço. É importante frisar que esse entendimento de redes é, pois, o mesmo exposto em “A Natureza do Espaço”, quando afirma que as redes “são humanas, formadas, inseparavelmente, de objetos e de ações” (SANTOS, 2006, p. 98).

Ao trabalhar sua compreensão de ciência geográfica, Milton Santos estava querendo evidenciar que o geógrafo não poderia mais ficar

“dissertando” sobre todas as temáticas possíveis sem se expor ao ridículo (SANTOS, 1978), ou seja, não cabia mais ao geógrafo a realização dos famosos estudos enciclopédicos como em outros momentos dessa ciência. Portanto, era preciso ter clareza do objeto de estudo da Geografia para, desse modo, poder dialogar com outros ramos do saber.

Para Milton Santos a Geografia deveria procurar dialogar com os ramos do saber que pudessem contribuir para a compreensão geográfica dos fatos. Esse entendimento de Geografia afastava o autor, por exemplo, dos estudos da Etnografia ou da Antropologia⁴, considerando que estes campos do conhecimento, devido a suas características, não tinham contribuições a dar a análise geográfica. A justificativa para esse posicionamento vem da concepção de Geografia que Milton Santos estava construindo, que era a de uma ciência voltada para compreensão do mundo do presente. Tal proposta, conseqüentemente, não autorizava essa ciência a manter maiores diálogos com os ramos do conhecimento supracitados, pois eles estavam mais voltados para o passado, como muito bem evidencia os trechos que se seguem: “ora, um estudo dinâmico não se presta a uma abordagem orientada em direção ao passado ou em direção àquilo que está prestes a tornar-se passado” (SANTOS, 1978, p. 36).

É preciso compreender que essa proposição estabelecida por Milton Santos não é no sentido de isolar a Geografia do debate científico, mas de fazer dialogá-la somente com aquelas disciplinas que possam contribuir para a constituição de uma nova ciência geográfica, de modo que entendemos que essa “rejeição” emerge para Milton Santos como uma questão de método para sua construção epistemológica, tanto é assim que o autor aponta para a necessidade da Geografia manter diálogos com a Economia, dado que a mesma, assim como a Geografia, estava preocupada em entender a dinâmica do mundo do presente. Essa questão fica mais evidente quando o autor argumenta que “o enfoque econômico obriga a uma visão dinâmica da realidade, enquanto o enfoque etnográfico pode insensivelmente levar a considerar como inerte uma realidade que é, de fato, móvel” (SANTOS, 1978, p. 38).

Assim, a abordagem econômica, devido as suas características, obrigava o geógrafo a ter uma visão dinâmica do meio geográfico, de modo a considerá-lo como estando em permanente movimento de transformação.

Dois outros pontos cruciais aproximavam Milton Santos da abordagem econômica. O primeiro está relacionado aos estudos urbanos e regionais dos países subdesenvolvidos tão efetuados pelos economistas; e o segundo diz respeito ao fato de Milton Santos compreender que a geografia deveria procurar desenvolver reflexões teóricas em suas análises como forma de se afastar do empirismo que tanto marcou os estudos geográficos. Em ambos os casos, Milton Santos entendia que a Economia poderia dar significativas contribuições para a construção de uma ciência geográfica, dado que na concepção do autor, a economia já havia realizado avanços significativos nessas questões.

Em síntese, fica evidente que a preferência de Milton Santos para com o pensamento econômico emerge como uma questão de método, sobretudo, porque naquele momento estava buscando a produção de uma Geografia nova, que ao mesmo tempo em que fosse capaz de compreender o espaço geográfico a partir da dinâmica do presente, produzisse uma reflexão teórica a respeito da realidade dos países subdesenvolvidos.

O Trabalho do Geógrafo também é fundamental para a compreensão da obra de Milton Santos porque nele estão contidas as primeiras reflexões mais sistematizadas do autor apontando que o espaço não é passivo na organização da sociedade, ou seja, ele é determinante e se impõem as ações do homem em diferentes momentos e de formas diversas. Assim, os fluxos que cortam e vivificam o espaço sofre com suas imposições, como fica evidenciado a partir das seguintes considerações: "estes (fluxos) não percorrem o espaço como corpos estranhos. Sua autonomia é limitada pelas diferentes formas de combinação, às quais eles são obrigados a adaptar-se para poder inserir-se numa base geográfica concreta" (SANTOS, 1978, p. 62).

O autor prossegue em suas reflexões reforçando as determinações do espaço

para com os fluxos que o cortam, de modo que aponta para a impossibilidade de compreender a realidade se essa dimensão for negligenciada:

se considerarmos estes últimos como forças dotadas de uma autonomia completa na configuração do espaço, arriscar-nos-emos a não levar em consideração as limitações geográficas, assim como aquelas que resultam de uma herança histórica. Desse modo, escaparia à análise. [...] Como os fluxos são multilaterais, as deformações sofridas em decorrência das rugosidades do espaço ocasionam modificações quantitativas ou ainda, com bastante frequência, qualitativas. A expressão dessas modificações seria diferente se os efeitos de polarização dependessem apenas da natureza original dos fluxos (SANTOS, 1978, p. 63).

A compreensão do espaço enquanto determinante social se constitui em um esforço intelectual do autor para colocar o espaço no centro dos debates sobre a sociedade, o que, com efeito, nos autoriza a afirmar que em termos epistemológicos os avanços de Milton Santos para o conceito de espaço têm o seu início já no Trabalho do Geógrafo, sobretudo, porque a essa época a noção de espaço reinante na Geografia ainda o entendia como um palco das ações humanas, e não como determinante para as ações humanas.

No Trabalho do Geógrafo também estão presentes as discussões em torno da questão do tempo, que sempre foi negligenciada na análise geográfica. Tratando a problemática como uma questão de método, o autor já evidenciava que o espaço geográfico é passível de uma datação por meio da análise dos objetos ou equipamento presentes nos sub-espacos, de modo que cada lugar possui uma idade, ou seja, o tempo é empiricizado a partir dos objetos geográficos.

A partir dessas considerações Milton Santos coloca em definitivo a questão do tempo em relevância no debate geográfico. Assim, na compreensão da organização e da estrutura do espaço, o tempo passa a ser considerado uma categoria de análise, de modo que o autor afirma que a sua definição, "leva em conta duas noções: a da multiplicidade de tempos e a das rugosidades do espaço, sendo este a expressão atual de uma

acumulação de tempos reais” (SANTOS, 1978, p. 64). Torna-se, portanto evidente que Milton Santos inaugura, de modo mais consistente, seu debate em torno do tempo já no Trabalho do Geógrafo, o que, mais uma vez, confere importância teórico-epistemológica a esta obra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos tecidos ao longo do presente trabalho, fundamentadas numa compreensão do Trabalho do Geógrafo, procuraram demonstrar que Milton Santos ao produzir essa obra já tinha vários elementos-chaves para a constituição de seu projeto teórico, o que nos autoriza afirmar o caráter inovador desse livro, sobretudo quando levamos em consideração o momento em que foi lançado, no qual muitas dessas discussões ainda não eram tratadas dessa

maneira, essencialmente aquelas relativas à questão espacial. Nesse sentido, entendemos que essa obra marca o início dos debates em torno do espaço, pois aí já temos elementos que apontam para a definição clássica do autor, isto é o espaço enquanto indissociável sistema de ações e de objetos, quando ele em diversos momentos aponta que o espaço é formado por fluxos e por rugosidades, considerados de maneira indissociável.

Faz-se mister destacar que as reflexões encaminhadas nesse trabalho fazem parte de uma compreensão da obra em questão e que logicamente outras são possíveis, sobretudo, porque “O Trabalho do Geógrafo” é uma obra dotada de grande riqueza epistemológica o que, por conseguinte, abre a possibilidade para que outros apontamentos sejam realizados sem, no entanto, invalidarem aqueles aqui evidenciados.

Notas

1. É importante destacarmos que embora Milton Santos já tivesse escrito algumas obras antes do Trabalho do Geógrafo (entre livros e artigos), todas de grande valia para formação de seu pensamento, acreditamos que o autor ainda não havia produzido uma crítica sistemática a Geografia Francesa e aos seus conceitos consagrados como o mesmo faz na obra em análise. Desse período pré Trabalho do Geógrafo, podemos citar sua tese de doutorado “O Centro da Cidade Salvador”, de 1958, e o livro “A Cidade nos Países Subdesenvolvidos” de 1965, além de artigos como “[Villes et Région dans un pays sous-développé : l'exemple du Recôncavo de Bahia](#)”, de 1965 e “Croissance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil” de 1968.

2. A teoria emerge da prática e a ela retorna. A natureza se revela a nós por meio da prática, pela experiência; e tão somente pela prática é que a dominamos de modo efetivo. A prática, portanto, é um momento de toda a teoria: momento primeiro e último, imediato inicial e retorno ao imediato. E, vice-versa, a teoria é um momento da prática desenvolvida, daquela que supera a simples satisfação dos carecimentos imediatos (LEFEBVRE, 1979, p. 235).

3. Vejamos o que o próprio Milton Santos diz a respeito do Trabalho do Geógrafo: “essa contestação (a geografia francesa e aos seus mestres) vai se manifestar de maneira mais coerente em 1968, com o meu livro *Le Métier Du Geographe*, cujo título é inspirado em Marc Bloch, que escreveu *Le Métier Du Historien*. Eu achava tão ruim, tão terrível o que os colegas do departamento de Geografia faziam, que decidi escrever aquele livro. Ele ficou na gaveta, porque eu oscilava entre achar que estava bom e que estava ruim, mas acabou sendo publicado. Creio que é esse livro que me abre os caminhos que eu até hoje busco trilhar. Ali estão, talvez, os problemas que eu fui pouco a pouco desenvolvendo (SANTOS, 2002, p. 28), é também importante observar o que o autor diz a respeito dessa obra no texto Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento de 2000.

4. Compreendemos que embora nessa obra Milton Santos se afaste um pouco da Antropologia, nos anos ulteriores ele mantém um diálogo interessante com alguns antropólogos dos quais Bruno Latour é um exemplo.

Bibliografia

ELIAS, Denise. **Milton Santos**: a construção da geografia cidadã. In: Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Milton Santos**: Ciência, ética e cidadania. In: O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania. Org: Wagner Costa Ribeiro, São Paulo, Publifolha, 2002.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. In: Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1980.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal e lógica dialética**. 2. Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. In: Os Economistas, São Paulo, Editora Abril, 1985.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

_____. Villes et Région dans un pays sous-développé : l'exemple du Recôncavo de Bahia", In: **Annales de Géographie**, t. 74, nº406. pp.

678-694, Paris, 1965.

_____. Croissance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil, In: **Annales de Géographie**, t. 77, nº419. pp. 37-63, Paris 1968.

_____. **O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

_____. **Testamento Intelectual**. São Paulo, Editora da Unesp, 2002.

_____. Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento. In: **Ciência & saúde coletiva**. vol.8 no.1, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.